

# A UNILAB e a Internacionalização do Ensino por Meio da Colaboração Técnica Internacional

## UNILAB and the Internationalization of Education through International Technical Collaboration

Anna Ariane Araújo de Lavor<sup>ab</sup>; Jane Marcia Mazzarino<sup>a</sup>

<sup>a</sup>Universidade do Vale do Taquari, Programa de Pós-Graduação Ambiente e Desenvolvimento. RS, Brasil.

<sup>b</sup>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. CE, Brasil.

\*E-mail: [annaariane@hotmail.com](mailto:annaariane@hotmail.com)

---

### Resumo

Este artigo busca contextualizar a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), seus objetivos e princípios com os principais aspectos relacionados à colaboração técnica internacional. A pesquisa realizada foi descritiva, qualitativa e bibliográfica. Após a coleta e análise dos dados, se buscou extrair as principais ideias apresentadas, de modo a alcançar os objetivos propostos neste trabalho. Ao final da pesquisa, foi possível perceber que a UNILAB possui como objetivo formar pessoas para contribuir com os países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente as nações africanas. Os cursos da UNILAB são ministrados principalmente em áreas (formação de professores, desenvolvimento agrário, gestão, saúde pública, dentre outros) de interesse mútuo entre os países participantes. A cooperação técnica internacional é um importante elemento para a promoção do desenvolvimento social, econômico e cultural, bem como no compartilhamento de conhecimentos, experiências e boas-práticas. Neste contexto, a UNILAB possui, desde sua criação, um caráter voltado para a cooperação internacional solidária e compromissada com a interculturalidade.

**Palavras-chave:** Colaboração Técnica. Internacionalização do Ensino. Interculturalidade.

### Abstract

*This article seeks to contextualize the creation of the University of International Integration of Afro-Brazilian Lusophony (UNILAB), its objectives and principles with the main aspects related to international technical collaboration. The research carried out was descriptive, qualitative and bibliographic. After collecting and analyzing the data, we sought to extract the main ideas presented, in order to achieve the objectives proposed in this work. At the end of the research, it was possible to see that UNILAB aims to train people to contribute to the member countries of the Community of Portuguese Speaking Countries, especially African nations. UNILAB courses are taught mainly in areas (teacher training, agricultural development, management, public health, among others) of mutual interest between the participating countries. International technical cooperation is an important element in promoting social, economic and cultural development, as well as in the sharing of knowledge, experiences and good practices. In this context, UNILAB has, since its creation, a character focused on international solidarity cooperation and committed to interculturality.*

**Keywords:** Technical Collaboration. Internationalization of Teaching. Interculturality.

---

## 1 Introdução

A UNILAB foi criada pela Lei 12.289/2010, com intuito de formar pessoas para contribuir com os países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente as nações africanas (BRASIL, 2010). Os cursos da UNILAB buscam atender principalmente áreas de interesse mútuo do Brasil e dos demais países da CPLP, enfatizando áreas relacionadas à formação de professores, desenvolvimento agrário, gestão, saúde pública, dentre outros temas considerados estratégicos (BRASIL, 2010).

A mobilidade estudantil ao nível internacional é facilitada pelos acordos de colaboração técnica entre países com interesses em comum. Assim, um plano de estudos individual se transforma também em um projeto de Estado, através de parcerias globais, como a UNILAB. A cooperação técnica internacional é uma prática que auxilia o Brasil a promover

um desenvolvimento integrado e mudanças estruturais nas esferas social e econômica de todos os países envolvidos.

O artigo é composto pelo método, seguido por um item que contextualiza a criação da UNILAB, descrevendo também os princípios e finalidades legais a que ela se destina. Em seguida se trata dos Acordos de Cooperação Solidária entre países, com destaque para o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), o qual é o convênio responsável por possibilitar que estudantes internacionais possam migrar para o Brasil, especialmente para a UNILAB. Por fim, elabora-se uma análise relacionada ao objetivo do estudo. Assim, este artigo tem a finalidade de contextualizar a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), abordando os objetivos e princípios desta universidade e como estes funcionam como importante ferramenta na colaboração técnica internacional.

## 2 Desenvolvimento

### 2.1 Metodologia

Este artigo é resultado de uma pesquisa descritiva, pois, buscou expor as características de determinada população ou fenômeno (GIL, 2008). A pesquisa foi bibliográfica através da compilação dos principais estudos (teses, dissertações, artigos, sites institucionais) existentes sobre a UNILAB, bem como sobre colaboração técnica entre países.

A abordagem é qualitativa, pois, a preocupação deste estudo não é com a “representatividade numérica do grupo pesquisado, mas sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória, etc.” (GOLDENBERG, 2011, p.14).

Quanto a forma de apreciação dos dados se utiliza a análise textual. De acordo com Moraes (2005, p.87), a análise textual é um “processo de desconstrução, seguida de reconstrução, de um conjunto de materiais linguísticos e discursivos, produzindo-se, a partir disso, novos entendimentos sobre fenômenos e discursos investigados”. Ainda segundo o autor, para isso é necessário identificar e isolar as assertivas dos materiais coletados, categorizar e produzir textos descritivos e interpretativos. Assim, após a coleta dos dados, estes foram analisados, buscando extrair as principais ideias apresentadas, de modo a alcançar os objetivos propostos.

### 2.2 UNILAB

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) foi criada através da lei nº 12.289/2010, com “natureza jurídica de autarquia, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro na cidade de Redenção, Estado do Ceará” (BRASIL, 2010), contudo, a implantação desta instituição começou a ser pensada em 2008, através de uma comissão que identificou temas comuns ao Brasil e aos membros africanos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP (SILVA, 2013).

A UNILAB possui como objetivo principal o ensino e a pesquisa em áreas desses interesses comuns do Brasil e demais países membros da CPLP, principalmente países africanos. É o caso da formação de professores, do desenvolvimento agrário, da gestão, da saúde pública e demais áreas consideradas estratégicas (BRASIL, 2010). Desta forma, esta universidade visa estimular o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional dos países envolvidos. Segundo o então reitor da UNILAB, Paulo Speller, em entrevista sobre a criação da universidade:

A postura da cooperação solidária permite a aproximação maior das partes envolvidas como um trabalho de mão dupla. A perspectiva é de troca, aproximação e compartilhamento de conhecimentos e tecnologia, e não de simples transferência unilateral. O conceito deve permear todas as ações da UNILAB em suas relações com as parcerias africanas. Para isso, é importante a mobilidade de profissionais envolvidos, contribuindo para o conhecimento local dos países, fortalecendo a troca de experiências, conhecimentos

e tecnologias (INSTITUTO LULA, 2012).

A partir desta citação, observa-se a ênfase dada ao compartilhamento de experiências das instituições brasileiras junto a instituições de países participantes da cooperação, possibilitando o fortalecimento das relações internacionais, dentro de uma perspectiva política solidária, visando assim uma cooperação para o desenvolvimento.

A UNILAB busca a formação de pessoas aptas para contribuir na inserção do Brasil e membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) com o desenvolvimento regional, intercâmbio cultural, científico e educacional, através de uma proposta de integração e internacionalização do ensino superior. A internacionalização das instituições de ensino superior, ocorre por meio das diversas formas de cooperação técnica e no caso da UNILAB contribui no diálogo entre os países participantes, os quais possuem culturas diversas, mas são próximos nos aspectos econômicos, sociais e políticos. De acordo com Moura de Araújo (2014), a UNILAB e as demais instituições internacionais de ensino, têm portanto, um importante papel na formação acadêmica e profissional, mas “não podem perder seu eixo transversal, que é de promover uma consciência integracionista”, ou seja, procurar diminuir as barreiras entre os países e culturas, visando o desenvolvimento científico, tecnológico, social e cultural, através da cooperação solidária. É nesse sentido que Leite e Morosini (1992, p.11), escrevem sobre Universidade e integração:

O principal propósito da integração é a alavancagem econômica dos países participantes, objetivo que deve estar intimamente associado à produção social e cultural dos países envolvidos. Neste sentido, a universidade, por suas diferentes identidades e por constituir-se no espaço por excelência da argumentação científica, candidata-se a ser um dos interlocutores-atores da integração.

Para isto, vem ocorrendo “uma composição de corpo docente e discente proveniente não só das várias regiões do Brasil, mas também de outros países e do estabelecimento e execução de convênios temporários ou permanentes com outras instituições da CPLP” (INSTITUTO LULA, 2012).

A universidade fundamenta a priori suas ações no intercâmbio acadêmico e solidário com os seguintes países: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Contudo, a instituição poderá gradativamente ampliar seu projeto de integração internacional, com outros países de língua oficial portuguesa (UNILAB, 2019).

A universidade busca construir uma ponte histórica e cultural entre o Brasil e os países de língua portuguesa, especialmente os da África, compartilhando soluções inovadoras para processos históricos similares. E, ainda deseja auxiliar no fortalecimento de uma rede internacional que, com respeito à soberania dos países parceiros, permitirá a realização de ações e intervenções de apoio técnico, acadêmico, científico, cultural e humanitário (UNILAB,

2013, online).

De acordo com Souza e Malomalo (2016), a UNILAB foi criada devido a fatores internos e externos ao Brasil, que acompanharam os dois mandatos do governo Lula (2003-2010). Como fatores internos destacam-se as necessidades formuladas pelos movimentos sociais, especialmente o movimento negro brasileiro; já entre os fatores externos está a abertura do governo para políticas externas de cooperação solidária Sul-Sul, com destaque para os países da América Latina e da África (especialmente os de língua oficial portuguesa).

A cidade de Redenção foi escolhida para sediar o primeiro campus da UNILAB por ter sido o primeiro município brasileiro a abolir a escravidão (MACIEL, 2017). Um ano depois, o estado do Ceará foi a primeira província a decretar oficialmente o fim da Escravidão, em 25 de março de 1884. Situada na Microrregião do Maciço de Baturité, há 62,8km da capital do Estado (Fortaleza), atualmente o Município de Redenção possui população estimada em cerca de 27.663 pessoas nos seus 225,6 km<sup>2</sup> (IBGE, 2019a). A economia da cidade gira em torno, principalmente, da prestação de serviços (34,22%) e da agropecuária (26,13%). Segundo Silva (2013), esta escolha é simbólica e representa um resgate de uma dívida secular com os povos africanos.

A escolha do município de Redenção para sediar o primeiro campus da UNILAB tem um forte simbolismo para esse projeto. Foi aqui, na antiga Vila de Acarape, que 116 homens e mulheres foram libertos da escravidão, em 1º de janeiro de 1883, antecipando em 5 anos o fim daquela prática abominável em território brasileiro (SILVA, 2013).

Além da questão simbólica, a universidade se instalou em Redenção, como parte da proposta do governo federal de interiorizar a educação superior no Brasil (UNILAB, 2014; SOUZA; MALOMALO, 2016). A expansão e interiorização do ensino superior é uma das metas previstas no Plano Nacional de Educação do Brasil, visando a democratização do ensino (BRASIL, 2014). Tal situação costuma trazer benefícios para o município escolhido, tendo potencial para a geração de emprego e renda, impulsionar a construção civil, atrair profissionais qualificados, movimentar o comércio local, diminuir as desigualdades sociais etc. (PINHEIRO, 2018). Contudo, a instalação de universidades (como a UNILAB) em cidades interioranas, pode gerar algumas dificuldades para a consolidação dos campi devido as possíveis faltas de infraestrutura no município (ausência de transporte coletivo e aeroporto, dificuldade em reter os técnicos e docentes no interior, dentre outras situações).

Cabe ressaltar que a região do Maciço de Baturité, até o momento, era carente de instituições científico-acadêmicas e de oferta de cursos de pós-graduação (DIOGENES E AGUIAR, 2013). Portanto, a UNILAB se apresenta como uma forma de “contribuir com a realidade da região e dos países parceiros, assim como para incentivar que estudantes do continente africano tenham uma experiência de formação

acadêmica no Brasil” (UNILAB, 2014). A então reitora da UNILAB (2013-2014), Nilma Gomes, ressalta a importância da criação desta universidade no contexto da cooperação entre o Brasil e os países africanos de língua portuguesa:

Em 1883, na cidade de Redenção, no Ceará, a abolição da escravatura se tornou um fato. Em 2011, um grupo de jovens africanos chega a esta mesma cidade para estudar na Unilab. Os dois acontecimentos nos falam da luta por libertação e emancipação social. Os milhares de africanos escravizados no passado colonial, no Brasil, construíram em nosso país uma trajetória de luta e resistência e nos deixaram esse legado. Hoje, a presença dos estudantes africanos na Unilab e a própria existência desta universidade no contexto da cooperação Sul-Sul é expressão de um processo de reconhecimento histórico e político do Brasil em relação ao continente africano, reforçando nossa responsabilidade institucional e política (UNILAB, 2014, online).

Assim como a escolha pela cidade de Redenção como sede da UNILAB, a data de início das atividades da universidade, 25 de maio de 2011, também possui um contexto simbólico:

25 de maio é o Dia da África, data alusiva à fundação da Organização da Unidade Africana (OUA). Além disso, 2011 consagrou-se o Ano Internacional dos Afrodescendentes, pela Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas de 18 de dezembro de 2009 (DIOGENES; AGUIAR, 2013, p. 36).

A expansão da universidade foi rápida e em 2019, a UNILAB-Ceará já contava com 25 cursos de graduação (Administração, Agronomia, Enfermagem, Humanidades e outros) e 10 de pós-graduação (*latu sensu e stricto sensu*) (UNILAB, 2019), distribuídos em quatro campi (Quadro 1).

**Quadro 1 – Campi da UNILAB**

<b>Campus</b>	<b>Descrição</b>
Campus da Liberdade	Situado em Redenção — CE, a 62,8km da capital do Estado (Fortaleza). Atualmente o Município de Redenção possui população estimada em cerca de 27.663 (IBGE, 2019a). É o campus que concentra as atividades administrativas e é onde se localiza a Reitoria. Foi no campus da Liberdade que tiveram início, as atividades letivas da UNILAB, no dia 25 de maio de 2011 (UNILAB, 2019).
Campus dos Palmares	Situado em Acarape – CE, há 57 km da Capital do estado (Fortaleza-CE) e há apenas 4 km do campus da Liberdade. A cidade era distrito de Redenção, emancipando-se em 1987 e possui população de 15.399 (IBGE, 2019b). O campus foi inaugurado em 20 novembro de 2012 (Dia Nacional da Consciência Negra, em homenagem à morte de Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares), mas as aulas iniciaram somente em 04 janeiro de 2013.
Campus das Auroras	Situado entre os municípios de Redenção e Acarape — CE. Foi construído para, futuramente, ser a sede administrativa definitiva da instituição. Inaugurado em 26 de novembro de 2014, o local possui 132 hectares e terá capacidade para atender cinco mil estudantes, 800 funcionários e 400 professores em suas diversas atividades (UNILAB, 2019). Juntos, os três campi localizados no Ceará possuem 18 cursos de graduação presencial com 3894 alunos distribuídos entre os campi do estado

Campus	Descrição
Campus do Malês	Situado no estado da Bahia (São Francisco do Conde – BA). O campus possui este nome em referência a Revolta dos Malês, a qual foi uma rebelião de caráter étnico e religioso, ocorrida na Bahia em 1835, comandada por escravos muçulmanos que tinha como objetivo principal abolir a escravidão (REIS, 2010). O município de São Francisco do Conde fica a 67 km da capital baiana e faz parte da região metropolitana de Salvador (UNILAB, 2019). Possui população estimada em 39.338 habitantes, (IBGE, 2019c). É considerado o município de maior população negra (mais que 90%) declarada no censo (UNILAB, 2019). Iniciou suas atividades acadêmicas em 2013, com cursos EAD e em 2014, com cursos presenciais. Atualmente possui 1050 alunos, nos seguintes cursos: Bacharelado em Humanidades, Bacharelado em Relações Internacionais, Licenciatura em Ciências Sociais, Licenciatura em História, Licenciatura em Letras (língua portuguesa) e Licenciatura em Pedagogia (UNILAB, 2019).

Fonte: Dados da pesquisa.

Os alunos de graduação são selecionados por meio de editais, que destinam 50% das vagas para candidatos do PEC-G e 50% para alunos brasileiros através do Sistema de Seleção Unificada, mais conhecido como SISU (UNILAB, 2019). Quando as vagas de alunos internacionais não são preenchidas pelos citados editais, estas são disponibilizadas para os estudantes brasileiros. Em 2019, por exemplo, as vagas presenciais da UNILAB encontravam-se preenchidas por alunos das seguintes nacionalidades: Angola (293 alunos), Brasil (3.794), Cabo Verde (66), Guiné Bissau (681), Moçambique (38), São Tomé e Príncipe (60) e Timor Leste (12), ou seja, totalizando 1.150 discentes trazidos por meio de convênio de colaboração técnica internacional (UNILAB, 2019).

Assim, a UNILAB, possibilita a migração de um número significativo de estudantes em processo de formação, ou seja, a migração/mobilidade estudantil. A migração acadêmica internacional é o deslocamento de indivíduos com objetivo de buscar conhecimento ou de formação profissional e “são influenciados por acordos econômicos e relações políticas entre os blocos e países” (SILVA-FERREIRA; MARTINS-BORGES; WILLECK, 2019, p. 599). Segundo os autores, as migrações em função de estudo acontecem principalmente no nível superior, visto que é uma fase de decisão da vida profissional, bem como pelo aumento do número de cursos e universidades. As universidades têm um importante papel no compartilhamento de informações e práticas científicas, sendo fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade. Além disso, com o processo de globalização das últimas décadas, os cidadãos passaram a precisar cada vez mais de níveis elevados de educação para ingressar no competitivo mercado (CASTRO; NETO, 2012). Neste contexto, as universidades também precisam formar o estudante para um ambiente globalizado e uma das ferramentas para isto é através da educação internacionalizada, como ocorre no caso da UNILAB.

A educação internacionalizada é um processo que abrange

a adequação curricular, a capacitação do corpo docente e equipe administrativa de uma instituição, além de possibilitar uma maior mobilidade acadêmica. Laus (2012, p.28) afirma que a internacionalização do ensino

corresponde ao processo de diálogo (trabalhos conjuntos, cooperação, intercâmbio, adequação das estruturas institucionais, conflitos e problemas surgidos) com outras universidades ou organizações variadas (empresas, governos, agências internacionais, ONGs) do mundo exterior à fronteira nacional na concepção, desenvolvimento ou implementação de suas funções de ensino, pesquisa e extensão.

Murphy (2007) ressalta que internacionalização do ensino é um dinâmico e benéfico processo de exposição de alunos e professores às teorias, métodos e pessoas de outros países. Nesse contexto, a mobilidade acadêmica é uma das principais estratégias na internacionalização do ensino (TEICHLER, 2004). Assim, a UNILAB, por possibilitar grandes oportunidades de mobilidade estudantil, representa um marco na política brasileira de cooperação e de internacionalização do Ensino Superior.

Mas a instituição vai além desse papel, pois significa também um avanço nas ações afirmativas sociais relacionadas a promoção da igualdade racial. Isto porque enquanto a média brasileira é de 6,99% pretos e 28,83% pardos no nível superior (INEP, 2019), a UNILAB conta com 44,58% de estudantes pretos e 39,42% de pardos (UNILAB, 2019).

### 2.3 Acordos de Cooperação Solidária entre Países

De acordo com Gomes (2014), a ideia de cooperação internacional entre países surgiu na década de 1940, durante o Pós-Segunda Guerra Mundial. Inicialmente com o Plano Marshall e a criação da Organization for Economic Cooperation and Development (OECD), como forma de os Estados Unidos ajudarem na reconstrução política e econômica da Europa. Segundo a autora, com o passar do tempo, esta ajuda entre países passou a ser também um movimento contínuo de assistência técnica, social, econômica, dentre outras modalidades.

A cooperação técnica internacional é uma ferramenta que auxilia o Brasil a promover desenvolvimento integrado a mudanças estruturais nas esferas social e econômica, conforme as demandas entre os países cooperados, compartilhando conhecimentos, experiências e boas-práticas (AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2019a).

Segundo a Agência Brasileira de Cooperação (2019a), na década de 1970, o acúmulo de práticas positivas dos países em desenvolvimento, suscetíveis de serem transmitidas a outros com problemas semelhantes, colaborou para que as Nações Unidas criassem o conceito de “Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento” (CTPD) ou “cooperação horizontal”, também conhecida como Cooperação Sul-Sul, em contraponto à “cooperação Norte-Sul”. Desta forma, o Programa Sul-Sul busca a integração entre as nações do Atlântico Sul e Ásia, almejando o

progresso por meio de uma cooperação solidária (RIBEIRO; VASCONCELOS JUNIOR, 2015). De acordo com Sousa (2015), as dificuldades econômicas causadas pela recessão da década de 1970, que geraram inúmeras limitações para os países em desenvolvimento, também contribuíram para a cooperação internacional entre os países latino-americanos e o fortalecimento da cooperação Sul-Sul.

Em 1974 foi criada a Unidade Especial para CTPD no âmbito do PNUD, iniciando-se os estudos para o fomento a essa modalidade de cooperação. Em 1978, as diretrizes elaboradas foram propostas na Conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento e suas recomendações aprovadas na forma do Plano de Ação de Buenos Aires (AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2019a, online).

Essa conferência trouxe novo conceito de cooperação ao recomendar o compartilhamento de informações entre os países em desenvolvimento nas áreas de educação, saúde e agricultura (SOUSA, 2015). Assim, a Cooperação técnica entre países, em especial a Cooperação Sul-Sul, se apresenta como uma ferramenta na internacionalização do ensino entre os países participantes.

O Brasil mantém relações de cooperação técnica com a América Latina, Caribe e África, com atuações pontuais na Ásia (Timor-Leste, Afeganistão e Uzbequistão), Oriente Médio (Líbano e Territórios Palestinos) e Oceania. Em 2008, a ABC aprovou e coordenou a execução de 236 projetos e atividades pontuais de cooperação técnica Sul-Sul, beneficiando 58 países em desenvolvimento. A cooperação técnica Sul-Sul bilateral do Brasil está concentrada nas áreas de agricultura (incluindo produção agrícola e segurança alimentar), formação profissional, educação, justiça, esporte, trabalho, desenvolvimento urbano, biocombustível, transporte aéreo e saúde, meio ambiente, tecnologia da informação, prevenção de acidente de turismo. Outras áreas como cultura, comércio exterior e direitos humanos, estão contempladas em projetos e atividades de concepção mais recente (AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2019b).

Dentre os projetos criados no âmbito da Cooperação Técnica Internacional, destaca-se o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). Este programa foi criado em 1965 para amparar estudantes de outros países, devido à expansão do número de estrangeiros no Brasil (DCE, 2018a). O PEC-G oferece formação e qualificação, em Instituições de Ensino Superior - IES brasileiras para estudantes internacionais através de oferta de vagas em cursos de graduação (BRASIL, 2013). O PEC-G, como acordo de cooperação educacional é uma vertente positiva das relações entre países, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social, promovendo valores como tolerância e respeito à diversidade cultural. Para Azevedo (2008) esta internacionalização do ensino representa um processo transnacional, onde os participantes fazem uma troca recíproca de conhecimentos e vivências.

A internacionalização não é um fenômeno metafísico de transposição de fronteiras, mas, sim, um complexo processo de integração a um campo acadêmico mundializado em que os diversos atores sociais travam relações com vistas a intercambiar, a cooperar e a compartilhar solidariamente (ou,

opostamente, a competir) no âmbito de suas ações sociais e espaços de influências no que se relaciona ao conhecimento, à ciência, à técnica às artes e a cultura (AZEVEDO, 2008, p.876).

Sousa (2015, p.35) também se refere à posição de destaque que a internacionalização da educação superior, através do PEC-G, ocupa na atualidade e isto ocorre como “consequência dos impactos que o capital financeiro, a tecnologia, o conhecimento, o fluxo de pessoas, valores e ideias, além das fronteiras” no mundo globalizado e em busca do desenvolvimento científico.

O programa PEC-G evoluiu de tal forma que, segundo informações da Divisão de Temas Educacionais (DCE, 2019), ligado ao Ministério das Relações Exteriores, em 2019 haviam 57 países participantes, sendo 25 da África, 25 das Américas e 7 da Ásia. Os cursos com o maior número de vagas oferecidas são Letras, Comunicação Social, Administração, Ciências Biológicas e Pedagogia. A África é o continente com o maior percentual de estudantes selecionados, qual seja, 76% dos participantes. Entre os países africanos, aqueles com maior quantitativo são: Cabo Verde (3169 estudantes), Guiné-Bissau (1416) e Angola (753). Ao todo, foram 7373 participantes africanos entre 2000 e 2019 (DCE, 2019). Na América Latina e Caribe, entre os 2271 selecionados, a maior participação é de paraguaios (790), hondurenhos (276), peruanos (274) e equatorianos (229). Já na Ásia, os timorenses respondem pelo maior número de selecionados: 73 dos 87 escolhidos de 2000 a 2019.

Conforme informações do site do DCE (2019), para participar do processo seletivo o candidato deve ser estudante de algum dos países com os quais o Brasil possui acordo na área de educação, cultura ou ciência e tecnologia. O estudante deve ter “concluído ou estar no último ano do correspondente ao Ensino Médio brasileiro, em algum país que não o Brasil, e não podem ser cidadãos brasileiros, mesmo que detentores de dupla nacionalidade, ou portadores de visto para o Brasil” (DCE, 2018a, online). Para se inscrever, o candidato deve se apresentar à Embaixada ou Consulado do Brasil de seu país de origem e apontar uma, ou duas opções de curso, sendo possível também indicar duas cidades brasileiras (DCE, 2018b).

Os estudantes do PEC-G podem receber alguns benefícios financeiros do Governo Brasileiro, além das possíveis bolsas recebidas por meio do seu país de origem (Quadro 2).

**Quadro 2 – Benefícios concedidos para alunos internacionais**

<b>Benefícios</b>	<b>Descrição</b>
Bolsas de estudo e/ou passagem aérea de retorno do Governo brasileiro, em alguns casos específicos	
Bolsa Mérito	concedida a estudantes-convênio que apresentem notável rendimento acadêmico após o primeiro ano de graduação. Além de bolsa mensal, o bolsista Mérito recebe passagem aérea de retorno ao seu país, após o término da graduação;

Benefícios	Descrição
Bolsa MRE	concedida a estudantes-convênio de IES não federais que apresentem debilitada situação financeira após o primeiro ano de graduação no Brasil;
Bolsa Emergencial	concedida em caráter extraordinário, nos casos em que o estudante se veja em situação de extrema dificuldade financeira de ordem imprevista;
Passagem aérea de retorno	Em alguns casos, a DCE poderá conceder passagem de retorno ao país de origem do estudante-convênio, após a graduação (DCE, 2019, online).

Fonte: Adaptado de DCE (2019).

O Ministério da Educação - MEC oferece ainda bolsas de estudo (no valor de R\$ 622,00) para alunos do PEC-G de Universidades Federais, por meio do Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes). Para concorrer a esta bolsa, o discente deve ter bom desempenho acadêmico e a universidade precisa receber, regularmente, estudantes internacionais por meio do PEC-G (DCE, 2019).

Também existe um convênio voltado para estudantes de pós-graduação *stricto sensu*, denominado Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). Este programa concede bolsas de estudo para pessoas oriundas de países em desenvolvimento que têm acordo de cooperação cultural e/ou educacional, para formação em cursos de mestrado e doutorado em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. O programa foi criado depois do PEC-G, em 1981 e oferece os seguintes benefícios (Quadro 3).

**Quadro 3 – Benefícios PEC-G**

Benefício	Descrição
Iseção de matrícula	Vagas em IES brasileiras recomendadas pela Capes
Bolsa mensal	No mesmo valor que a oferecida aos estudantes brasileiros, a saber: R\$ 1500,00 para mestrado, com duração máxima de 24 meses, e R\$ 2200,00 para doutorado, com duração máxima de 48 meses;
Passagem aérea	Para retorno ao país do estudante estrangeiro (DCE, 2019, online)

Fonte: Adaptado de DCE (2019)

O PEC-PG é administrado em parceria por três órgãos: Ministério das Relações Exteriores, por meio da Divisão de Temas Educacionais (DCE); pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), por meio do Conselho Nacional para Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Cabe destacar que a UNILAB recebe alunos tanto pelo PEC-G, quanto pelo PEC-PG.

Tendo em vista a maior proximidade histórico-cultural que o Brasil possui com os países com idioma em comum, o governo brasileiro tem laços mais estreitos com os membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), grupo criado em 1996, que conta com os seguintes membros: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial,

Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste (CPLP, 2019).

A CPLP assume-se como um novo projecto político cujo fundamento é a Língua Portuguesa, vínculo histórico e património comum dos Nove – que constituem um espaço geograficamente descontínuo, mas identificado pelo idioma comum. Esse factor de unidade tem fundamentado, no plano mundial, uma actuação conjunta cada vez mais significativa e influente. A CPLP tem como objectivos gerais a concertação política e a cooperação nos domínios social, cultural e económico. Para a prossecução desses objectivos a Comunidade tem promovido a coordenação sistemática das actividades das instituições públicas e entidades privadas empenhadas no incremento da cooperação entre os seus Estados-membros.

Como parte das ações internacionais destinadas a minorar o impacto da exclusão econômica e social em países que apresentam grandes obstáculos no caminho para o desenvolvimento, o governo brasileiro também possui muitos projetos de cooperação com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) (AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2018b). Assim, um dos projetos gerados por essa Cooperação foi a Criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

A Criação da CPLP representou uma mudança nas relações com os países africanos de língua portuguesa, a partir de então ocorreu uma intensificação de ações voltadas para o desenvolvimento do continente africano, inclusive com o perdão da dívida externa de alguns países (ZAMBERLAM et al., 2009).

Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palop), compostos por Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, possuem área de interesse e influência de Portugal e Brasil, pela ligação histórico-social e cultural, “geradas pela presença portuguesa em seus territórios, tendo o comércio como eixo, aliado à escravização de africanos, cujo principal destino era o Brasil” (RIZZI, 2016, p.145). Estas ações de cooperação mútua geraram um aumento na mobilidade de pessoas entre os países envolvidos, como no caso da migração estudantil.

A internacionalização do ensino, possibilitada pelos acordos de cooperação técnica, traz benefícios para alunos e sociedade, pois possibilita a distribuição de conhecimentos e tecnologias (MURPHY, 2007). A mobilidade estudantil implica ainda em uma educação sem fronteiras, onde não circulam apenas pessoas, mas também ideias, expressões, saberes e culturas dentro de projetos transnacionais (ZAMBERLAM et al., 2009).

### 3 Conclusão

É possível perceber que a UNILAB tem potencial para ser um importante elemento para o fortalecimento da colaboração técnica internacional, pois desde sua criação, possui um caráter voltado para a cooperação solidária e compromissada com a interculturalidade.

A UNILAB recebe alunos por meio da mobilidade

estudantil em nível internacional e é facilitada pelos acordos de colaboração técnica entre países com interesses em comum. A UNILAB, portanto, cumpre seu papel na internacionalização da educação, o que é uma das novas tendências causadas pela dinâmica social globalizada. Esta mobilidade estudantil é uma relevante estratégia na formação de estudantes, visto que possibilita a aquisição de conhecimentos fundamentais para que o indivíduo possa interagir em um ambiente pluricultural, contribuindo com o desenvolvimento social e tecnológico do país de cada aluno

E é nesse contexto que a cooperação técnica internacional se manifesta como ferramenta que possibilita essa mobilidade. Contudo, a cooperação internacional vai muito além do aspecto educacional, pois oferece oportunidades viáveis para os países em desenvolvimento alcançarem maior desenvolvimento nas mais diversas áreas.

As relações de cooperação entre o Brasil e os demais países de língua portuguesa possui uma perspectiva voltada para a colaboração solidária e educacional. Desta forma, os convênios criados nesse íterim podem se tornar um importante meio para a promoção do desenvolvimento social, econômico e cultural, bem como no compartilhamento de conhecimentos, experiências e boas-práticas entre os países envolvidos.

O Programa Estudantes-Convênio de Graduação PEC-G é um desses programas amparados pela cooperação internacional, onde o governo brasileiro oferece vagas em suas universidades a estudantes de outros países, como é o caso da UNILAB. Contudo, a UNILAB possui o diferencial de ter um objetivo inovador desde sua lei de criação: formar pessoas para contribuir com os países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente das nações africanas. Isto ocorre, porque os cursos ministrados são especialmente em áreas estratégicas de interesse mútuo do Brasil e dos demais países da CPLP.

Além disso, por receber uma quantidade acima da média nacional de alunos negros, a UNILAB se propõe a desempenhar uma missão que vai além do caráter internacional de Cooperação Solidária Sul-Sul, possuindo também um importante papel na política de emancipação social e superação do racismo. Contudo, para que este papel seja efetivamente cumprido é necessário um conjunto de ações da UNILAB alinhadas a políticas públicas governamentais que busquem uma real igualdade de condições.

## Referências

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. Histórico da cooperação técnica brasileira. 2019a. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/Historico>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, Cooperação Sul-Sul. 2020b. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

AZEVEDO, M.L.N. A formação de espaços regionais de educação superior: um olhar meridional para o

Mercosul. *Avaliação*, v.13, n.3, p.875-879, 2008. doi: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772008000300019>

BRASIL. Lei 12.288, de 20 de julho de 2010. 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm)>. Acesso em: abril de 2019.

BRASIL. Decreto 7948/2013. 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7948.htm#art23](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7948.htm#art23)>. Acesso em: 19 jan. 2021..

CASTRO, A.A.; NETO, A.C. O ensino superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina. *Rev. Lusófona Educ.*, v.21, p.69-96, 2012.

CPLP. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Moçambique. Disponível em: <<https://www.cplp.org/id-2775.aspx>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

DCE. Divisão de Temas Educacionais. Introdução. Disponível em: <<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico/introducao.php>> Acesso em: 19 jan. 2021.

DCE. Processo seletivo. Disponível em: <[http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/processo\\_seletivo/inscricoes/2018.php](http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/processo_seletivo/inscricoes/2018.php)>. Acesso em: 19 jan. 2021.

DCE. Histórico do Programa. Disponível em: <<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico.php>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

DIÓGENES, C.G.; AGUIAR, J.R. UNILAB: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Caminhos e Desafios Acadêmicos da Cooperação Sul-Sul. Redenção: UNILAB, 2013.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. Percentual de negros em universidades dobra, mas é inferior ao de brancos. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-12/percentual-de-negros-em-universidades-dobramas-e-inferior-ao-de-brancos>> Acesso em: 19 jan. 2021.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisa: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Record, 2011.

GOMES, J.R. Relações bilaterais Brasil/Cabo Verde no Âmbito da Cooperação Técnica Educacional do Governo Lula (2003/2010). Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2014.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Redenção. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/redencao/panorama>> Acesso em: 19 jan. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Acarape. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/acarape/panorama>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. São Francisco do Conde. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/sao-francisco-do-conde/panorama>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse Estatística da Educação Superior 2018. Brasília: Inep, 2019.

INSTITUTO LULA. Perspectiva da Unilab é cooperação internacional solidária. 2012. Disponível em: <<http://www.institutolula.org/perspectiva-da-unilab-e-cooperacao-internacional-solidaria-diz-reitor/>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

KNIGHT, J. Internationalisation: key concepts and Elements. Berlin: Raabe, 2010.

LAUS, S.P. A internacionalização da educação superior: um estudo de caso da Universidade Federal de Santa Catarina.

- Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2012.
- LEITE, D.; MOROSINI, M.C. Universidade e Integração no Mercosul. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- MACIEL, W. Usos de uma cidade da Liberdade: estudantes africanos em Redenção. *Cad. CRH*, v.30, n.79, p.189-201, 2017. doi: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v30i79.20026>
- MORAES R. Mergulhos discursivos: análise textual qualitativa entendida como processo integrado de aprender, comunicar e interferir em discursos. In: GALIAZZI, M.C.; VICENTE, J. Metodologias emergentes de pesquisa em educação ambiental. Ijuí: Unijuí, 2005.
- MOURA DE ARAUJO, D.M. Internacionalização e integração: interfaces, possibilidades e os desafios do Ensino Superior na Unila e Unilab. *Público Privado*, n.23, 2014.
- MURPHY, M. Experiences in the internationalization of education: strategies to promote equality of opportunity at Monterrey Tech. *Higher Educ.*, v.53, n.2, p.167-208, 2007.
- REIS, J.J. Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- RIBEIRO, F.A.; VASCONCELOS JUNIOR, R.E.P. Arranjos e práticas espaciais: a UNILAB como promotora das transformações urbanas na cidade de Redenção – CE. *Rev. Geog.*, v.32, 2015.
- SILVA-FERREIRA, A.V; MARTINS-BORGES, L; WILLECK, T.G. Internacionalização do ensino superior e os impactos da imigração na saúde mental de estudantes internacionais. *Avaliação*, v.24, n.3, p.594-614, 2019. doi: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772019000300003>
- SILVA, L.I.L. Discurso do Ex-Presidente Lula – Outorga do Título de Doutor Honoris Causa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – 1º de Março de 2013. Disponível em: <<http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2013/03/Discurso-Lula.pdf>> Acesso em: 21 jan. 2021.
- SOUZA, L.F. Estudantes African@s migrantes: vivências e perspectivas na passagem do meio para a qualificação. In: MALOMALO, B.; FONSECA, D.J.; BADI, M.K. Diáspora Africana e Migração na era da Globalização: experiências de refúgio, estudo e trabalho. Curitiba: CRV, 2015.
- SOUZA, O.R.; MALOMALO, B. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e os desafios da integração perante o racismo contra os/as estudantes africanos/as no Ceará. *Interfaces Brasil/Canadá*, v.16, n.1, p.256-293, 2016. doi: <https://DOI.ORG/10.15210/INTERFACES.V16I1.7731>
- UNILAB. Feriado estadual de 25 de março lembra abolição da escravidão no Ceará. Disponível em: <<http://www.unilab.edu.br/noticias/2014/03/24/feriado-estadual-de-25-de-marco-lembra-abolicao-dos-escravos-no-ceara/>>. Acesso em: 10 jan. 2021.
- UNILAB. Graduação, 2019. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojOGQzNjAwYzQtNzliMC00NzlmLTk4YWUtYmlyNWFiODU4ZWQ1IiwidCI6IjkwMjlkZG-NILWFmMTItNDJiZS04MDM3LTU4MzEzZTRkYzVzMjJ9>> Acesso em: 19 jan. 2021.
- RIZZI, K.R. Relações Brasil-Palop: 40 anos de cooperação para o desenvolvimento no Atlântico Sul (1974/75-2015). *Rev. Bras. Estud. Africanos*, v.1, n.1, p. 143-167, 2016. doi: <https://doi.org/10.22456/2448-3923.59492>
- TEICHLER, U. The Changing Debate on Internationalisation of Higher Education. *Higher Educ.*, v.48, n.1, p.5-26, 2004.
- ZAMBERLAM, J. et al. Estudantes internacionais no processo globalizador e a internacionalização do ensino superior. Porto Alegre: Solidus, 2009.